

Grupo quer ampliar alcance das verbas para a educação

BRASILIA — O "Grupo dos 32", com apoio de parte do Grupo "Interpartidário", quer derrubar o artigo do substitutivo do Relator Bernardo Cabral que prevê a destinação de verbas públicas apenas às escolas públicas e às escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, desde que sem fins lucrativos. O grupo pretende recuperar o projeto "Hércules", na parte em que prevê que o Poder Público só não subvencionará instituições de educação com fins lucrativos.

Como argumenta a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do "Grupo dos 32", se for mantido o texto do substitutivo, ficarão sem subvenção oficial "entidades de grande importância para a comunidade, como as Fundações Getúlio Vargas, João Pinheiro e Joaquim Nabuco, que não são confessionais, nem filantrópicas e nem comunitárias, mas que também não têm finalidade lucrativa".

A Deputada afirma que o texto proposto pelo "Hércules", elaborado pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), "é bastante seguro, porque estabelece condições rígidas mesmo para a subvenção às instituições sem fins lucrativos". Estas instituições precisam reaplicar seus excedentes financeiros em educação e prever a destinação de seu patrimônio a outras instituições da mesma natureza ou ao Poder Público, no caso de sua extinção.

Sandra Cavalcanti garante que já tem o apoio do Deputado Octávio Elízio (PMDB-MG), do Grupo "Interpartidário", mas reconhece que haverá resistência por parte de outros integrantes deste grupo, principalmente dos integrantes dos partidos de esquerda, que continuam firmes na disposição de permitir a liberação de verbas públicas apenas para as escolas públicas.